



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13771 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

**FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES) PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: OLHARES SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS.**

Rosinaldo de Souza dos Santos - UEA-PPGED- Universidade do Estado do Amazonas

Marcos André Ferreira Estácio - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

**FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES) PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: OLHARES SOBRE O CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS.**

Nos 20 anos da Lei nº 10.639/2003, a qual tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira, bem como a discussão sobre as relações étnico-raciais dentro do ambiente educacional, ela ainda se faz necessária e urgente no contexto atual. Este estudo assume o posicionamento ético-político de discutir/romper com os silenciamentos e as invisibilidades impostas às populações negras, ao passo que também almeja a construção do respeito e da valorização da cultura negra. Tem por objetivo central problematizar, a partir da temática racial dos povos negros, os processos formativos das/dos estudantes do Curso de Pedagogia da Escola Normal Superior da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Assumimos as trilhas possíveis para realização/ampliação de estudos e pesquisas relacionadas às questões étnico-raciais, a partir da perspectiva teórico-política da decolonialidade, lançando olhares outros para a educação nas 'amazônias'.

**Palavras-chave:** Formação de Professores; Relações Étnico-Raciais; Decolonialidade; Educação Antirracista.

A busca de uma equidade social e, por conseguinte, os benefícios das políticas sociais destinadas à sociedade brasileira, é uma luta constante e está presente nas trajetórias das vidas

das populações negras no Brasil. Pois, mesmo que este país tenha vivido, legalmente, 350 anos de escravidão, essa história nos é intencional e erroneamente contada, tanto que a escravização ora é negada, ora esquecida e muitas vezes ‘romantizada’.

Entretanto, para o povo preto, desde sempre, a necessidade de apropriar-se do letramento, está intrinsicamente ligada às suas sobrevivências, uma vez que persiste a necessidade constante de compreender/combatendo o ordenamento jurídico, o funcionamento da sociedade, os jogos políticos... para assim, poder encontrar/construir mecanismos que favoreçam as suas condições de vidas, contrapondo-se, em muitas das vezes, ao tipo de educação formal restrita e exclusiva, que ainda atua, objetiva e subjetivamente, para manter as populações negras excluídas social e intelectualmente.

Em resposta/combate as práticas de segregação nos espaços-tempos escolares, o movimento negro, em conjunto com outras organizações da sociedade civil, luta pelo acesso e a permanência na educação, pois acredita/atua na ação político-estratégica de permanente resistências. E essas lutas conquistaram vitórias – mesmo que ainda pequenas –, com destaque para a aprovação de leis que se alinham com as políticas de ações afirmativas, na busca de justiça sociais (compensatórias ou distributivas) para a garantia de direitos e de políticas públicas efetivas voltadas para as populações vulneráveis e supostamente minoritárias.

Porém, mesmo passados 20 anos da promulgação da Lei nº 10.639/2003, a qual tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, nas escolas e universidades brasileiras, temas como: escravizações, negritudes, preconceitos, discriminações, heranças sociais, dentre outros, ainda são poucos – ou quase nunca – debatidos. E quando surgem, limitam-se a ações extracurriculares que, de certa forma, coloca toda dor e sofrimento, bem como as lutas dos movimentos populares pela educação da negritude, em segundo plano, reforçando as suas invisibilizações. Frente a isso, emerge a exigência de um maior aprofundamento das discussões étnicas e raciais em nossos currículos, projetos e programas educacionais.

Nesse sentido, o presente estudo objetiva problematizar, a partir da temática racial dos povos negros, os processos formativos das/dos estudantes do Curso de Pedagogia da Escola Normal Superior (ENS) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especificamente, se propõe a estabelecer e discutir as relações de significados-relevâncias da formação de professoras/professores nas temáticas da negritude para a construção-afirmação de espaços-tempos tolerantes e plurais. E, partindo dos documentos oficiais – do Conselho Nacional de Educação, do Conselho Estadual de Educação do Amazonas e do Conselho Universitário da Universidade do Estado do Amazonas – e planos pedagógicos das-dos docentes, analisar-se-á as abordagens relativas as temáticas da negritude no curso de pedagogia da UEA, com o condão de compreender, a partir das percepções-anúncias e das trajetórias de formação das-dos discentes do respectivo curso, as presenças-ausências das temáticas da negritude no espaço acadêmico.

A esses estudos, estabeleceremos referências teóricas que estejam alinhadas com as exigências de uma política educacional de enfrentamento/combate das forças autoritárias, retrogradas e tradicionalista, as quais não aceitam/impedem a construção de escolas públicas gratuitas, antirracistas, inclusivas e protagonistas de mudanças sociais. Ou seja, na contemporaneidade, os contextos escolares devem discutir/possibilitar a construção de uma sociedade ética, emancipadora e com consciência de classe, opondo-se as ideologias liberal-conservadoras que promovem as fomes, as exclusões, as guerras, os extermínios, as invisibilizações... das populações negras.

Logo, é preciso, invocar para uma reflexão das práticas cotidianas das populações negras, para decolonizar os pensamentos eurocentrados que objetificam/racializam/desqualificam as pessoas e as negritudes. Assumir uma decolonização que ressignifique e politize as pessoas, as concepções de raça, as compreensões de mundos... Transgredir/Subverter as negritudes das nefastas e ‘aludidas’ inferioridades as quais foram relegadas/impostas, e ainda presente nas estruturas e nas instituições brasileiras, que reificam e alimentam o racismo estrutural. Concordamos com Gomes (2022, p. 21), que ao

ressignificar a raça, esse movimento social indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas. Além disso, dá outra visibilidade a questão étnico-racial, interpretando-a como triunfo, e não como empecilho para a construção de uma sociedade mais democrática.

E uma questão importante, é assumir que no Brasil existe sim – e ainda permanecem – racismos contra as negritudes. Que aqui opera um processo constante de esquecimento e/ou ‘embranquecimento’ das pessoas negras que contribuíram – e contribuem – para a pujança deste país. Tais situações evidenciam as forças das colonialidades e que a qualquer momento podemos retroceder nos direitos garantidos aos povos pretos. E os últimos quatro anos vividos no Brasil ratificam isso, quando de forma aberta e direta, convivemos com as violências coloniais e racistas, com o intuito de aniquilar o orgulho e a consciência negra. Por isso, é imprescindível,

que os diferentes atores políticos e sociais que realizam a luta pela democracia, contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado se unam e construam caminhos comuns de luta, sem perder as suas pautas específicas. Será que estamos maduros para compreender isso? (GOMES, 2022, p. 122).

Ao que acrescentamos: articulação necessária e urgente! Para a concretização do estudo efetivo e decolonial das relações étnico-raciais é imperioso (re)direcionar/(re)construir

as políticas educacionais, articulando-as com estratégias pedagógicas de superação/transgressão da ideologia da meritocracia e da ‘branquitude’ presente nos espaços-tempos escolares. É preciso avaliar e confrontar como as temáticas das presenças negras, das suas representatividades na sociedade, dos racismos estruturais e institucionais... estão sendo construídos/vividos nos contextos sociais, e como elas e eles, enquanto pessoas históricas, participam da produção e da distribuição das riquezas econômicas. É fundante assumir que o

eurocentrismo estruturante dos currículos contribui para os processos de inferiorização e de subalternização em sociedades marcadas pelo racismo estrutural, patriarcado e neoliberalismo, nas quais a exploração e dominação estão presentes em todas as esferas da vida. Nesse contexto, a história e cultura africana e da diáspora tem sido silenciada e/ou distorcida (COELHO, 2022, p. 128).

Por fim, compreendemos que é preciso desafiar os conformismos sacudir/deslocar a pretensa hegemonia da ‘branquitude’, ainda mais diante da ascensão conservadora dos últimos quatro anos. Ou seja, devemos assegurar/lutar para não haver retrocessos ou retirada de direitos. Pautarmos reflexões/discussões a respeito da formação inicial e continuada das/dos professoras/professores, construindo caminhos para a superação das suas ‘fragilidades’ pessoais e profissionais, a valorização/afirmação de conhecimentos científico-sociais eticamente comprometidos, dentre outros.

Frente a isso, afirmamos que uma das trilhas possíveis, é a realização/ampliação de estudos e pesquisas relacionadas as questões étnico-raciais, a partir da perspectiva teórico-política da decolonialidade, a qual o presente trabalho assume. E, a partir da convivência e da escuta das/dos discentes do Curso de Pedagogia da ENS/UEA, este estudo se lança com olhares outros para a educação nas ‘amazônias’, registrando as nossas presenças negras, os nossos costumes, as nossas cosmologias, os nossos saberes... enfim, os nossos modos e as nossas vivências/existências nesses mundos.

## REFERÊNCIAS

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2022.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **Para além da sala de aula: sociabilidade, relações étnico-raciais e ação pedagógica.** São Paulo: Livraria da Física, 2022.